

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.804.748 - RS (2019/0079609-3)**

**RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**RECORRENTE : EMPORIO DE MALHAS LAJEADO LTDA**  
**ADVOGADOS : FÁBIO SONNTAG - RS077667**  
**FELIPE MATEUS HOPPE E OUTRO(S) - RS086617**  
**RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL**

**EMENTA**

**TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL. APURAÇÃO PELO LUCRO PRESUMIDO. ICMS. INCLUSÃO NA BASE DE CÁLCULO. AFETAÇÃO PARA JULGAMENTO SOB O RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS. RESPS NS. 1.767.631/SC; 1.772.634/RS; 1.772.470/RS. TEMA 1.008. SUSPENSÃO DO FEITO. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À ORIGEM.**

**DECISÃO**

Discute-se nos autos acerca da possibilidade de inclusão de valores de ICMS nas bases de cálculo do Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, quando apurados pela sistemática do lucro presumido.

O acórdão recorrido finalizou em sua ementa (fl. 132 e-STJ):

TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. REGIME DE TRIBUTAÇÃO PELO LUCRO PRESUMIDO. PRETENSÃO DE EXCLUSÃO DO ICMS DA BASE DE CÁLCULO DO IRPJ E CSL. IMPOSSIBILIDADE.

Na tributação pelo regime do lucro presumido, o ICMS não pode ser excluído da receita bruta para fins de manutenção do regime ou apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSL.

É o relatório. Decido.

A matéria em questão foi afetada, pela Primeira Seção, para julgamento sob o rito dos recursos repetitivos, Tema 1.008:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. PROPOSTA DE AFETAÇÃO COMO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL. APURAÇÃO PELO LUCRO PRESUMIDO. INCLUSÃO DO ICMS NA BASE DE CÁLCULO.

1. Delimitação da questão de direito controvertida: possibilidade de inclusão de valores de ICMS nas bases de cálculo do Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, quando apurados pela sistemática do lucro presumido.

2. Recurso especial submetido à sistemática dos recursos repetitivos, em afetação conjunta com os RESps ns. 1.772.634/RS e 1.772.470/RS.

(ProAfR no REsp 1.767.631/SC, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Seção, DJe 26/3/2019)

Há determinação de suspensão da tramitação de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a questão delimitada e tramitem no território

# *Superior Tribunal de Justiça*

nacional.

Nesse passo, a admissão de recurso especial como representativo da controvérsia impõe que os recursos interpostos na Corte de origem e que tratem da mesma questão central fiquem suspensos até o pronunciamento definitivo deste Tribunal. Posteriormente, tais recursos devem ser apreciados na forma prevista no artigo 1.040 do CPC/2015 (art. 5º, III, da Resolução 8/2008-STJ).

Ante o exposto, **determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem**, com a respectiva baixa, para que após a publicação do acórdão a ser proferido nos recursos representativos da controvérsia (REsp 1.699.851/TO, REsp 1.692.023/MT e EREsp 1.163.020/RS), o apelo especial: a) tenha seguimento denegado na hipótese do acórdão recorrido coincidir com a orientação do STJ; ou b) seja novamente examinado pelo Tribunal de origem, caso o aresto hostilizado divirja do entendimento firmado nesta Corte (artigo 1.040 do CPC/2015).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES  
Relator